



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**13/05/2013**

# INDICE

---

1. JORNAL AQUI	
1.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. ASSESSORIA.....	2
2.2. CASO DÉCIO SÁ.....	3 - 5
2.3. OBRAS/REFORMAS.....	6
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. CASO DÉCIO SÁ.....	7 - 9
3.2. DECISÕES.....	10
3.3. EXECUÇÕES PENAIS.....	11
3.4. SEM ASSUNTO.....	12
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	13
4.2. CONVÊNIOS.....	14
4.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	15 - 18
4.4. VARAS CRIMINAIS.....	19

**► DIA DAS MÃES ◀****174 detentos são beneficiados com saída temporária**

A Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap) contemplou 174 internos, que cumprem pena na capital maranhense, com o benefício de saída temporária do Dia das Mães. Os internos foram contemplados com a saída temporária, desde a última sexta-feira (10) e deverão retornar às unidades prisionais até a quinta-feira (16).

A saída temporária foi concedido pelo juiz da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP), Jamil Aguiar, com base na Lei de Execuções Penais (Lei Nº 7.210/84), o benefício visa efetivar a ressocialização dos internos, entendendo que as datas comemorativas, como o Dia das Mães, são apropriadas para o convívio e a ressocialização em família.

**CULTO E EXPLICAÇÕES**

Antes da saída das unidades, os internos foram reunidos na Igreja da Penitenciária de Pedrinhas onde foi realizado um culto e proferida uma palestra pelas assistências jurídicas e de assistência social e ainda pelo superintendente de Justiça, Kécio Rabelo. Foi explicado aos internos beneficiados, o comportamento adequado que deve ser exercido por eles durante esse período

concedido fora da unidade.

Segundo o superintendente de Justiça, Kécio Rabelo, essa saída temporária permite além do retorno a convivência com a família em uma data importante, o começo da reintegração desse interno à sociedade "É um direito garantido por lei, e que se bem aplicado colabora positivamente tanto para o sistema quanto para o apenado", ressaltou.

O secretário Sebastião Uchôa anunciou também, que está em andamento uma ampla reforma no Centro de Detenção Provisória (CDP), e que visa uma maior segurança aos internos. Durante o mês de abril, foi feita a transferência de 148 internos alojados na ala Gama para o Presídio São Luís. II "Essa transição é temporária e foi realizada para que todas as reformas possam ser feitas da maneira mais adequada e segura aos internos e demais servidores da unidade. A previsão é finalizar as reformas até o fim do mês de maio", frisou o secretário.

Em relação à construção das instalações do futuro Centro de Detenção de Imperatriz, o secretário Sebastião Uchôa garantiu a entrega do presídio em 90 dias. A estrutura da obra já foi toda erguida, faltando apenas o acabamento.

## Boas notícias

O Judiciário maranhense atinge novos recordes de público com seu portal na internet e páginas no Facebook e Twitter. O domínio [www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br), por exemplo, registra média diária de 15 mil acessos, com tendência de crescimento, segundo dados do Google Analytics.

Ao contrário do que supõe uma maioria, não são os serviços os itens que merecem a principal atenção de quem consulta o sítio, mas o cardápio de notícias sobre atividades judiciárias no Estado produzido pelas assessorias de Comunicação do Tribunal de Justiça, Corregedoria e Esmam.

Chefiada pelo jornalista Reinaldo Barros, a assessoria do Tribunal possui onze profissionais de Comunicação e uma estagiária envolvidos com o noticiário da presidência, Pleno, câmaras cíveis e criminais, e gabinete dos desembargadores.

Completam a equipe dois publicitários (cuidam das peças publicitárias institucionais) e um relações públicas.



CASO DÉCIO SÁ

# Segunda semana de oitivas reunirá mais de 40 pessoas

Acusados e a comissão de delegados que investigou o assassinato do jornalista Décio Sá são algumas das testemunhas arroladas pela defesa dos 11 réus a serem ouvidas a partir de hoje, no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau). **Polícia 8**

# Mais 40 pessoas devem depor sobre a execução de Décio Sá

Gláucio Alencar Carvalho e José de Alencar Carvalho vão ser ouvidos hoje no Salão do Júri, do Fórum Desembargador Sarney Costa; os delegados Roberto Mauro Larrat, Maymone Barros Lima e Jeffrey Furtado também vão testemunhar

**Saulo Maclean**  
Da editoria de Polícia



**M**ais de 40 pessoas

devem depor no Salão do Júri do Fórum Desembargador Sarney Costa, no bairro

Calhau, a partir de hoje, na segunda semana de audiências, como testemunhas arroladas pela defesa dos 11 réus, no processo que apura o assassinato do jornalista Décio Sá. Entre os depoentes estão alguns dos próprios acusados; e toda a comissão de delegados da Polícia Civil do Maranhão que trabalhou na investigação do crime, e nas prisões dos envolvidos, denunciados pelo Ministério Público Estadual.

Entre as pessoas que vão depor hoje na instrução processual estão o próprio agiota Gláucio Alencar Pontes Carvalho, de 35 anos, acusado de ser o mandante financiador do crime; e seu pai, o também agiota José de Alencar Miranda Carvalho, de 73 anos, também preso na Operação Detonando, deflagra-

da pela Polícia Civil, em junho de 2012, em poder de 37 talonários de cheques em branco, assinados por gestores municipais. Outro acusado de integrar a rede de agiotagem depor é o advogado Ronaldo Ribeiro.

Na primeira semana de interrogatórios com as testemunhas de acusação, Gláucio Carvalho chegou a procurar a imprensa para se declarar inocente do crime de homicídio. "Gente, eu não fiz isso aqui. Vocês vão saber quem fez isso. Estão fazendo uma campanha contra mim, porque existe uma pessoa muito maior nessa história. A pessoa que fez isso vai aparecer, ela vai cair. Eu tenho fé em Deus nisso", disse o agiota, acusado de faturar milhões com desvios de recursos públicos estaduais e federais.

Já o advogado Ronaldo Ribeiro, apontado como "braço direito" dos negócios ilegais da quadrilha, cujos lucros estavam sobre as verbas destinadas às prefeituras municipais, pode não comparecer às audiências, caso seja feita mais uma petição por parte de sua defesa. Desmembrado do processo que reúne os demais 10

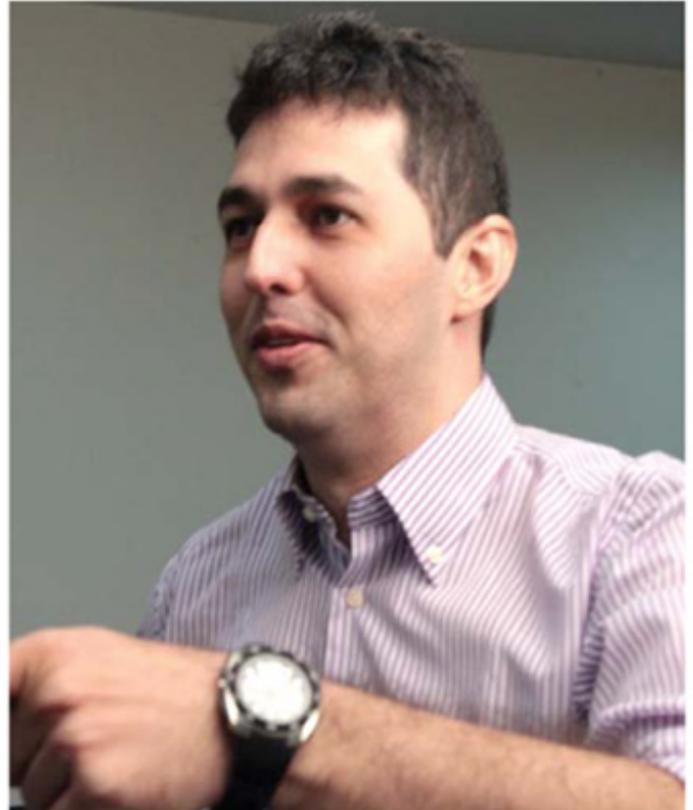
## Mais

**Ao longo** da segunda semana de audiências, também vão prestar depoimento no Salão do Júri mais dois delegados da comissão investigadora, Roberto Wagner Leite Fortes e Guilherme Sousa Filho; o superintendente da Seic, Augusto Barros Neto; a delegada-geral de Polícia Civil do Maranhão, Maria Cristina Meneses; e o comandante da Polícia Militar do Maranhão, Franklin Pacheco Silva. Além das autoridades que compõem a cúpula da segurança pública, estão marcadas as oitivas de alguns policiais civis que trabalharam nas investigações e prisões dos acusados.

réus, o defensor teve sábado (11) mais um pedido de habeas corpus negado pelo desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, Raimundo Nonato Magalhães Melo, no plantão judiciário.

**Comissão** - Além dos acusados, são aguardados para depor hoje

Biné Moraes



### Os agiotas Gláucio Alencar Pontes Carvalho e José de Alencar Miranda Carvalho vão depor hoje

três dos seis delegados que compuseram a comissão investigadora do crime de homicídio que vitimou o repórter da editoria de Política de *O Estado*. São eles Roberto Mauro Larrat, da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic); e os outros dois que formam a frente da Delegacia de Homicídios (DH) de

São Luís, Maymone Barros Lima; e Jeffrey Furtado, este último, presidente do inquérito policial que apurou o crime.

A participação da polícia nesta segunda semana de interrogatórios será fundamental para credenciar o trabalho de investigação, bastante questionado pelos advogados dos réus, na

primeira semana de oitivas com as testemunhas de acusação, que chegaram a negar alguns trechos de seus depoimentos. Segundo o subdelegado-geral de Polícia Civil, Marcos Affonso Júnior, “além do conjunto de provas, todos os depoimentos foram gravados, filmados e acompanhados pelos promotores do Ministério Público”.

## **Fórum na Imperosa**

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antônio Guerreiro Júnior, desembarca esta semana em Imperatriz, onde assina a ordem de serviços do novo fórum da segunda maior comarca do Estado.

A obra terá início imediato e ficará pronta em grande parte até o final do ano.

# Entrevista exclusiva

## Cutrim diz que corre risco de ser assassinado

Em entrevista exclusiva, o deputado estadual Raimundo Cutrim (PSD), ex-secretário estadual de Segurança, conta que não é covarde, mas afirma correr risco de ser assassinado. Porém, nem por isso recuará na tentativa de investigar os crimes de agiotagem, aos quais acabou sendo relacionado. O parlamentar ainda atribui a morte do seu filho, Henrique Cutrim, a uma "campanha" que está sendo feita para tentar desmoralizá-lo. Quanto à CPI da Agiotagem, segue o pedido para que os demais legisladores apoiem a abertura das investigações.

POLÍTICA 3

## Entrevista// Raimundo Cutrim

# “Só falta agora eles me matarem”

Raimundo Cutrim diz que existe uma perseguição contra ele e pede justiça em relação ao seu caso. Quanto à CPI, parlamentar diz que é favorável que presidente ou relator seja da oposição

MARCUS SALDANHA

**O** deputado estadual Raimundo Cutrim (PSD) é bacharel em Direito e começou sua carreira profissional como agente de Polícia Federal em 1981. Já em 1986, após concurso público, exerceu o cargo de Delegado de Polícia Federal. Em 1995, foi colocado à disposição da Procuradoria Geral de Justiça, onde permaneceu até ser nomeado secretário estadual de Justiça e Segurança Pública do Maranhão, em 1997, permanecendo no cargo até janeiro de 2006. Reassumiu o cargo de secretário da Segurança Pública

do estado em 17 de abril de 2009, exercendo suas funções até março de 2010. Elegeram-se deputado estadual pelo então PFL, hoje DEM, no ano de 2006, com 40.627 votos, sendo reeleito em 2010, com 73.186 votos. Depois de denúncias de venda de emendas parlamentares e grilagem, agora o deputado defende pela segunda vez a instalação de uma CPI para apurar denúncias de agiotagem e pistolagem no Maranhão, inclusive contra ele.

Nessa entrevista exclusiva a **O Imparcial**, Cutrim fala da sua tentativa de instalação da

CPI da agiotagem na Assembleia Legislativa do Maranhão e posiciona-se a favor da oposição, que deseja ocupar a Relatoria ou Presidência na Comissão para garantir isenção nas investigações; revela que não pretende deixar a base governista da Assembleia; faz duras críticas ao secretário de Segurança Pública do estado, Aluísio Mendes; e revela ter outras informações que dará no momento certo. O deputado fala ainda sobre a morte do filho e do medo de morrer. Ainda revela sua preocupação com a repercussão das denúncias no Brasil.



**O Imparcial - A CPI da Agiotagem já conta com 12 assinaturas. O senhor acredita que vai conseguir instalar a CPI na Assembleia?**

Não adianta dar entrada sem as 14 assinaturas, senão é arquivada automaticamente. Estamos insistindo com os colegas. Vamos reunir com o nosso partido (PSD) e ver com eles a importância que tem de abraçar essa causa. Isso seria muito importante para a Assembleia e a população.

**Esta já é sua segunda tentativa de instalação de uma CPI na Assembleia. O que lhe faz insistir?**

Em 2009, eu dei entrada em uma CPI para investigar as denúncias feitas pelo Décio de que deputados vendiam emendas em 30 a 50%. Achei uma informação gravíssima contra o parlamento de uma forma generalizada. Eu que nunca vendi emenda pedi para que fosse apurada e naquela época nós tivemos apenas 11 assinaturas. É uma campanha criminosa contra Cutrim: primeiro foi o caso Décio, depois grilagem de terras e agora envolvimento com agiotas. São coisas cadenciadas, no pensamento de desmoralizar o trabalho que tenho no estado.

**O senhor apoia o posicionamento da oposição de só assinar o Requerimento da CPI se ficarem com a presidência ou relatoria?**

Sou favorável que a relatoria ou a presidência fosse para a oposição. Já disse a eles que têm o meu voto como líder do partido. Seria de bom senso se fazer isso porque ficaria equilibrado. A oposição tem que participar e que a gente possa fazer de uma maneira isenta de motivação política.(...) Temos aqui os líderes dos partidos, quem indica (os membros da Comissão) são eles. Então, eu disse a ele (Marcelo Tavares) que eu não posso garantir aquilo que eu não posso fazer. São sete votos: ele tem 2 da oposição e mais o meu do governo. Então, ele precisaria de mais um do governo para ele indicar uma pessoa a relatoria.

O líder da oposição, deputado Rubens Pereira Jr. (PCdoB) e o deputado Marcelo Tavares (PSB), já expressaram sua preocupação que a CPI da Agiotagem seja conduzida de forma parcial.

A CPI será conduzida de forma transparente, de maneira limpa e profissional. Disse de pronto que não queria participar para que as investigações fossem feitas a fundo.

**E por que membros do governo não assinam o Requerimento de instalação da CPI?**

Sempre quem não assina tem uma justificativa. Eu peço para os colegas para agir de acordo com a sua consciência, já eu não



**O que fizeram comigo foi um crime hediondo, um assassinato moral e nada mais justo apurar**

**Raimundo Cutrim,  
deputado estadual**

posso impor. Temos que ter compromisso com a população e tentando convencer os colegas da importância dessas assinaturas para que a gente instale a CPI.

**O senhor pretende deixar o grupo da base aliada ao governo?**

Sou do grupo do governo e nunca neguei e nem tive fora, mas eu tenho independência, das minhas votações. Acredito no nosso grupo e na governadora Roseana Sarney, conheço a postura dela, a sua personalidade, trabalhei muitos anos ao lado dela. Acredito no nosso grupo e não sou de tá pulando de galho e se um dia tivesse que sair do grupo teria que ter respaldo e justificativa. O presidente Sarney é uma pessoa de muita amizade e tenho muito carinho por ele. Isso aqui é o secretário (Aluísio Mendes) com alguns profissionais "da imprensa" que estão montando esta armação contra Cutrim.

**Na última semana, a Mesa Diretora encaminhou seus cinco Requerimentos que pediam o envio de cópias de notas fiscais à Assembleia. Os pedidos foram encaminhados para análise na Comissão de Constituição e Justiça da Casa. Como o senhor avalia o ato?**

O colega (deputado Tata Milhomem) pediu para ser analisada na CCJ é um direito que ele tem. Vamos aguardar o parecer para que a Mesa possa decidir. Se ela for contra a gente vai recorrer ao plenário. Não tem nada de confidencial nos documentos.

**O senhor tem acompanhado os depoimentos dos envolvidos no caso Décio Sá?**

Como delegado tenho uma experiência muito grande nessa área, mas eu estou preocupado única e exclusivamente é em resolver aquela armação com os três delegados que são objetos de Representação, os quais dei entrada em outubro e até agora não foi ouvida uma pessoa sequer. Para minha surpresa e da população o secretário (Segurança Pública, Aluísio Men-

des) entra com um habeas corpus para trancar a Representação. Ora, se ele não tem nada a ver, o que ele tem a temer. O desembargador negou a liminar e tive conhecimento de que foi a Pleno e alguém pediu Vista para apuração. O que peço para os desembargadores é que analisem, pois o que fizeram comigo foi um crime hediondo, um assassinato moral e nada mais justo apurar. Eu tenho outras informações que darei no momento certo, e óbvio que eu não ia botar tudo que tenho. Apresentei partes das informações e estou esperando a boa vontade da Justiça para que comece as apurações. Talvez estejam esperando o Tribunal trancar para ficar por isso mesmo.

**O senhor já afirmou que "essa campanha" contra o senhor foi a responsável pela recente morte de seu filho. O senhor tem medo de ser assassinado?**

É um fato concreto. Só falta agora eles me matarem. Todo mundo tem medo de morrer, mas eu não sou homem de andar para trás e nunca vou morrer covarde. Sou uma pessoa destemida e não sou de mandar recado a ninguém. O que tão fazendo comigo só falta me matarem. Já tiraram a vida do meu filho, já tentaram me desmoralizar e eu não sei o que vem pela frente.

**O senhor tem feito várias críticas ao Secretário estadual de Segurança Pública, Aluísio Mendes, na Assembleia. Quais os motivos?**

A Secretaria anunciou o nome de 41 prefeitos, o que eu achei estranho porque o art. 20 do Código Processual Penal diz que o inquérito é sigiloso e pelo que se houve, não sei nem se esses prefeitos já foram ouvidos e já estão sendo marginalizados perante a opinião pública. O que eu sei é que foi uma irresponsabilidade muito grande de colocar 41 gestores, não estou aqui defendendo eles, por que parece que deles apenas um ou dois que votaram em mim. Eles se quer foram ouvidos. Há crime na lei penas substantiva e atos de improbidade administrativa. Ninguém foi ouvido ainda. Tudo isso deve ser esclarecido.

**O senhor se preocupa com o efeito político dessas denúncias na próxima eleição?**

Tenho satisfação a dar não só ao Maranhão, à Polícia Federal do Brasil todo da época de 1989 a 1993, 40% do efetivo trabalhou comigo, de delegados a agentes e escrivães. Então, isso aqui tem repercussão no Brasil todo. Hoje, a imprensa está internacionalizada e qualquer matéria e um blog repercute no mundo todo e eu não vou permitir que façam esse assassinato moral comigo.

- 2** Livre das audiências que recomeçam nesta semana sobre o caso Décio Sá, o advogado Ronaldo Ribeiro, um dos denunciados no bojo do processo, tentou, sem sucesso, novo habeas corpus no Tribunal de Justiça. Na vez anterior, ele obteve liminar que suspendeu as audiências, até que a ordem fosse derrubada. Agora, ele fez a mesma coisa, no plantão do fim de semana. Mas foi negado.
- 
- 3** Na ação, o advogado queria impedir a nova fase de audiências, que começa hoje, comandadas pelo juiz do Júri da Capital, Márcio Brandão. Pediu o cancelamento da tramitação do processo sobre a execução do jornalista Décio Sá até que o seu próprio processo – agora desmembrado por decisão do desembargador Raimundo Nonato Sousa – fosse julgado.

## SAÍDA TEMPORÁRIA

# 174 detentos receberam benefício

A Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap) contemplou 174 internos, que cumprem pena na capital maranhense, com o benefício de saída temporária do Dia das Mães. Os internos foram contemplados com a saída temporária, desde a última sexta-feira (10) e deverão retornar às unidades prisionais até a próxima quinta-feira (16).

A saída temporária foi concedido pelo juiz da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP), Jamil

Aguiar, com base na Lei de Execuções Penais (Lei Nº 7.210/84), o benefício visa efetivar a ressocialização dos internos, entendendo que as datas comemorativas, como o Dia das Mães, são apropriadas para o convívio e a ressocialização em família.

### Culto e explicações

Antes da saída das unidades, os internos foram reunidos na Igreja da Penitenciária de Pedrinhas onde foi realizado um culto e proferida uma

palestra pelas assistências jurídicas e de assistência social e ainda pelo superintendente de Justiça, Kécio Rabelo. Foi explicado aos internos beneficiados, o comportamento adequado que deve ser exercido por eles durante esse período concedido fora da unidade.

Segundo o superintendente de Justiça, Kécio Rabelo, essa saída temporária permite além do retorno a convivência com a família em uma data importante, o começo da reintegra-

ção desse interno á sociedade "É um direito garantido por lei, e que se bem aplicado colabora positivamente tanto para o sistema quanto para o apenado", ressaltou. O secretário Sebastião Uchoa anunciou também, que está em andamento uma ampla reforma no Centro de Detenção Provisória (CDP), e que visa uma maior segurança aos internos. Durante o mês de abril, foi feita a transferência de 148 internos alojados na ala Gama para o Presídio São Luís. II.

## NOSSA VISÃO

# Sob o cerco da fraude

**O**s dicionários ensinam que, num sentido amplo, a fraude é um esquema ilícito ou de má-fé criado para obter ganhos pessoais. Juridicamente, o embuste conta com inúmeros significados mais específicos. Muitas intrujices, apesar de não serem criadas para obter ganhos pessoais, trazem prejuízos, a exemplo da fraude eleitoral. Mas o que espanta a sociedade maranhense é a expansão da fraude e como ela chega ao cotidiano das pessoas, arrastando todo tipo de danos.

Ultimamente, tem-se falado de CPIs na Assembleia Legislativa para investigar agiotagem, e na Câmara de Vereadores de São Luís, para investigar fraude no programa "Bom Peixe", ora suspenso na prefeitura, para sanar suspeita de fraude na aquisição dos produtos revendidos à população. A Justiça Federal está abarrotada de processos sobre improbidade administrativa de prefeitos maranhenses. Novamente, a fraude com o dinheiro público, principalmente nas gestões municipais, assustam, pelo volume, aos membros do Ministério Público, à população e à Justiça.

Nesse capítulo, o Maranhão, proporcionalmente, é campeão em processo de improbidade com recursos federais, sem falar na outra vertente, tão robusta quando a federal, de processos que

tramitam na Justiça estadual. A origem de tais calhamaços está na fraude e na corrupção, que operam o sistema de agiotagem e bandidagem explícita. O assassinato do jornalista Décio Sá mostra o lado pavoroso das fraudes, que passam pelas licitações públicas e destroçam os serviços públicos essenciais.

Até o leite consumido no Sul do país sofreu fraude com produtos cancerígenos. Agora, o governo corre atrás do prejuízo na tentativa de enquadrar os envolvidos. Nos serviços públicos, a fraude está presente desde uma simples operação tapa-buraco nas ruas, com asfalto vagabundo, até nas grandes construções de qualquer natureza. Na internet, então, todo mundo vive sobresaltado diante das possibilidades de ter a conta bancária violada, para citar apenas um dos infinitos espaços que permitem a vida do cidadão ser devassada de forma fraudulenta.

As fraudes são tão grandes e abrangentes que o brasileiro não encontra mais espaço para se livrar delas. É no peso do açougue, na quantidade da gasolina na bomba, nos CDs e aparelhos eletrônicos piratas, passando pelos relógios, óculos e produtos do vestuário. Tudo tem fraude e tudo se mistura com a realidade. A falsidade virou regra na vida de cada qual, numa sociedade onde as aparências chegam a pesar mais que a originalidade.

## ***Cemar e Oi instalam postos em Centro de Conciliação do TJMA***

O Poder Judiciário do Maranhão concretizou na última sexta-feira (10) importante iniciativa com vistas à solução de conflitos judiciais envolvendo consumidores e empresas, com a instalação de postos de atendimentos da Cemar e Oi no Centro de Solução de Conflitos (Rua do Egito).

“Com os postos, os impasses entre consumidores e as empresas serão resolvidos com mais rapidez. O objetivo é prestar serviços de excelência à sociedade”, afirma o presidente do Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça do Estado (TJMA), desembargador José Luiz Almeida.

O coordenador do Núcleo, juiz Alexandre Lopes de Abreu, disse que com a iniciativa o Judiciário quer servir à sociedade. “Precisamos reunir esforços para responder a essa importante missão social que nos é dada e, assim, garantir a todos uma forma mais viável de resolver seus conflitos”, declarou o magistrado.

# PROCURADORES BUSCAM O APOIO DO TJMA PARA FORTALECER CLASSE

DIVULGAÇÃO

Uma comissão de procuradores esteve no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) na semana passada para solicitar apoio do Judiciário à melhoria da estrutura da Procuradoria Geral do Estado (PGE). Eles querem que a instituição avance na prestação de serviços à Fazenda Pública e Justiça estadual.

Os procuradores manifestaram preocupação com a carência de profissionais e de pessoal de apoio para o desempenho de funções na defesa dos processos de interesse da Fazenda Pública e na prestação de serviços ao Executivo, Judiciário e Legislativo na área jurídica no Estado.

Segundo a Associação dos Procuradores do Maranhão (ASPEM), o Estado possui 67 profissionais da área para atuar em cerca de 60 mil processos judiciais. Os funcionários de apoio são cedidos por outros órgãos. Seriam necessários mais 60 procuradores para dar conta do serviço e interiorizar os trabalhos da PGE.

O presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, manifestou solidariedade à causa e considerou justas e necessárias as reivindicações para o bom funcionamento do Judiciário. "Os procuradores têm abertura para discutir com o Tribunal o que for melhor para o Estado", disse o presidente.



**Guerreiro Júnior conversa com procuradores**

Daniel Blume, presidente da ASPEM, disse ser do interesse dos procuradores a defesa plena da Fazenda Pública, mas citou que as condições de trabalho são deficitárias. "Precisamos com urgência de mais procuradores. Há uma década não há concurso público e, desde 1994, não é ampliado o número de vagas para o quadro de pessoal. O que pleiteamos é o preenchimento das vagas já criadas", disse.

Marcelo Terto, presidente da Associação Nacional dos Procuradores de Estado (ANAPE), enfatizou a luta da classe por

melhor estruturação do órgão e condições de trabalho, em termos de instalações e pessoal. "Com a procuradoria melhor estruturada, poderemos contribuir para desafogar o Judiciário, tornando o serviço de advocacia pública um aliado na boa prestação jurisdicional".

O vice-presidente da ANAPE, Telmo Lemos Filho, e um grupo de procuradores maranhenses participaram da reunião e reforçaram a luta pela estruturação da PGE. Eles agradeceram ao presidente do TJMA o apoio à causa da classe.

  
Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça  
4ª Vara Cível da Comarca de São Luís

**EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20  
(VINTE) DIAS**

PROCESSO Nº: 14210-83.2012.8.10.0001  
CLASSE CNJ: Execução de Título Extrajudicial  
PARTE(S) REQUERENTE(S): BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A  
PARTE(S) REQUERIDA(S): SILMA SILVA PEREIRA e OUTRO

O Excelentíssimo Senhor Dr. Tyrone José Silva, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de São Luís, Estado do Maranhão.

**FINALIDADE**

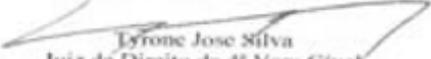
**FAZ SABER** a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica **CITADA** a parte requerida, **SILMA SILVA PEREIRA E SEU AVALISTA RAIMUNDO MAGNO DA SILVA**, e eventuais interessados, que se encontra em lugares incertos e não sabidos, para pagar no prazo de 3(três) dias, contados da citação, o valor de **RS 20.725,11 (vinte mil, setecentos e vinte e cinco reais e onze centavos)** ou nomear bens a penhora, sob pena de serem penhorados quantos bastem para garantir a execução.

**OBSERVAÇÃO:** Fica (m) ciente (s) o (s) executado (s) de que dispõe(m) do prazo legal de 15 (quinze) dias para oferecer embargos a execução, a contar do prazo final da publicação do edital.

**ADVERTÊNCIA:** No caso de integral pagamento no prazo de 3(três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade, por força do parágrafo único do artigo 652 - A do CPC.

**ADVERTÊNCIA:** Fica advertido o suplicado de o prazo inicia-se após o transcurso dos vinte dias fixados, que começa a partir da 1ª publicação.

São Luís, 22 de abril de 2013

  
Tyrone José Silva  
Juiz de Direito da 4ª Vara Cível



**ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2013  
Processo n.º 6.177/2013**

**A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna pública que fará realizar sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Resolução n.º 01/2004 TJ-MA, Decreto Estadual n.º 24.629/08, e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, a abertura de licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, Tipo MENOR PREÇO TOTAL, para Contratação de empresa especializada no fornecimento e montagem de mobiliário para o Gabinete da Des. Paulo Sérgio Velten Pereira, às 09:00 horas (horário local) do dia 24/05/2013, sendo presidido por Pregoeiro Oficial do TJ/MA, na Rua Viveiros de Castro, nº 257, Alemanha (Anexo V TJMA), sala de reuniões da Divisão de Licitação e Contratos, São Luís/MA. O Pregoeiro informa que o Edital se encontra disponível na sala supracitada, podendo ser copiado mediante a entrega de mídia CD-R ou pen-drive.**

São Luís, 13 de maio de 2013.  
RAULIFRAN DA SILVA COSTA  
Pregoeiro Oficial TJMA



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2013  
Processo n.º 32202/2012

**A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna pública a SUSPENSÃO do PREGÃO ELETRÔNICO, Tipo MENOR PREÇO, por LOTE, para Contratação de empresa especializada na prestação de serviço locação de impressoras e envelopadora digitais, novas, de primeiro uso em linha de produção, não podendo ser reconstituído, ou remanufaturado, com assistência técnica, toner, cilindro, e revelador, para readequações do Termo de Referência.**

**Neste sentido, a abertura das propostas definida para o dia 14/05/2013, às 10:00 horas (horário de Brasília) está cancelada, ficando para momento ulterior a definição de nova data, com a consequente publicação do aviso.**

São Luís, 10 de maio de 2013.

Jonnilson Nogueira dos Passos  
Pregoeiro TJ/MA



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
SECRETARIA DA 9ª VARA CÍVEL  
FORUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA  
33 Av. Euclides Figueiredo, S/N - Calhau, 6º andar  
CEP.: 65.076-820 São Luís - MA  
☎ (098)3194-5499

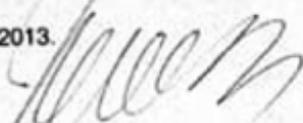
**EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

**Reg. Distribuição** : 1645-39.2002.8.10.0001  
**Denominação** : EXECUÇÃO  
**Parte(s) Exequente(s)** : BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A - BNB  
**Parte(s) Executada(s)** : NILZETE DA SILVA ANDRADE E NILZETE DA SILVA ANDRADE

**Citando(a): NILZETE DA SILVA ANDRADE, pessoa física, com endereço incerto e não sabido.**

**FINALIDADE:** Citação da parte executada, acima nomeada para, no prazo de três dias, pagar a quantia pedida na inicial devidamente atualizada, acrescida de juros legais, custas e honorários advocatícios, estes arbitrados no valor correspondente a dez por cento (10%), sobre o total do débito (Art. 20, § 4º, CPC), ou, no mesmo prazo, nomear bens à penhora suficientes para garantia do principal e seus acessórios, poderá ainda oferecer embargos no prazo de quinze dias. E para que chegue ao conhecimento de todos, foi expedido o presente, o qual será afixado no local de costume e publicado na forma da lei.

São Luís, 18 de abril de 2013.

  
Dr. Raimundo Moraes Bogea  
Juiz de Direito Titular da 9ª Vara Cível

## Julgamento do último acusado no Caso Stênio será realizado amanhã

Está marcado para amanhã (terça-feira, 14) o julgamento de Máximo Moura Lima, o último pronunciado a júri popular pela participação na trama que culminou na morte do delegado de Polícia Civil Stênio José Mendonça, em São Luís, no dia 25 de maio de 1997, na Avenida Litorânea. A sessão de julgamento deve acontecer no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau.

No dia 22 de março passado, o réu enviou expediente à 2ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, revogando os poderes do advogado Manoel Pedro Paz da Costa e constituindo o advogado José Augusto Ferreira Martins para defendê-lo durante a sessão. O novo advogado pediu o adiamento, alegando precisar de tempo para se inteirar dos autos, diante da complexidade do processo.

O juiz titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri, Gilberto de Moura Lima, deferiu o pedido, embora entenda que se trata de mais uma procrastinação do réu para não se submeter a júri popular. Na decisão, o magistrado afirma que "o pedido de adiamento é apenas para protelar, já que é a segunda vez que o acusado assim se manifesta".

No dia 19 de março passado, a defesa de Máximo Moura impetrou pedido semelhante no Tribunal de Justiça do Maranhão, sendo nega-



**Stênio Mendonça foi morto na Litorânea**

do pelo desembargador Antônio Bayma Araújo.

Além de marcar nova data para o julgamento, o juiz Gilberto de Moura Lima já designou um defensor público para atuar na defesa do réu. O magistrado também determinou que fosse oficiado à OAB do Pará, entidade à qual pertence o advogado Manoel Pedro Paz da Costa, pedindo providências administrativas em relação à sua conduta que, segundo o juiz, deixou para pedir o adiamento da sessão no último momento (16h37) do dia 22 de março passado, uma sexta-feira, impedindo que o juízo adotasse providências legais para que não houvesse protelação. Ainda conforme o magistrado, o advogado teve tempo suficiente, mas não o fez, num claro propósito de tumultuar o processo.

Atuariam na acusação de Máximo Moura, na sessão de 22 de março, os promotores de Justiça André Charles Alcântara Martins Oliveira e Saulo Jerônimo Leite Barbosa de Almeida. No horário marcado para o início do julgamento, estavam presentes, na sala de sessões do júri o magistrado, os dois promotores de Justiça e os jurados, quando foi comunicado pelo juiz o adiamento da sessão.

Máximo Moura seria o proprietário de um dos veículos utilizados na execução do delegado Stênio Mendonça. As investigações mostraram que o carro era dirigido pelo acusado, que, acompanhado de Claudenil de Jesus Silva, o Japonês, fez o monitoramento e apoiou os executores, inclusive para lhes dar fuga, caso necessário. Ele deveria ter sido julgado em agosto de 2012, mas, em virtude da licença para tratamento de saúde do promotor Willer Siqueira Mendes Gomes, que atuaria na sessão do júri, o julgamento foi adiado. Claudenil de Jesus Silva já foi julgado e condenado pela participação no crime. Segundo relatório dos autos, o crime foi cometido por uma organização criminosa responsável pelo roubo de cargas no Maranhão e que estava sendo investigada por Stênio Mendonça.